

OPACIDADE (OU VITALIDADE) DAS CLASSES SOCIAIS?

As ciências sociais do trabalho, como gosta de denominar o sociólogo espanhol Juan José Castillo, encontraram-se, nas últimas duas décadas, frente à tese da desconstrução do trabalho, à desapareção do *labor*, que ter-se-ia convertido em um valor em vias de desaparecimento, tese "comprovada empiricamente" pela redução eurocêntrica dos trabalhadores de origem taylorista-fordista (como se o trabalho se resumisse exclusivamente a essa *forma de ser*), onde a crescente redução do emprego formal levaria finalmente ao fim do trabalho. O mundo caminhava, enfim, para o edênico espaço da fruição, com os robôs produzindo e os homens e mulheres vivendo as benesses do *ócio produtivo*. Houve até quem dissesse, em meados de 80, sob os auspícios do Clu-

be de Roma, que no novo século que se avizinhava, (quase) não mais encontraríamos trabalhadores.... E eis que começou o novo século e grande parte daquela literatura envelheceu precocemente, com os trabalhadores e as trabalhadoras do mundo ainda padecendo as atividades e adversidades decorrentes do mundo do trabalho.

RICARDO ANTUNES

RESUMO

O artigo examina o potencial analítico da noção de classes sociais, tendo como referência a reflexão baseada em algumas obras recentes sobre o tema. No livro republicado de Sedi Hirano sobre castas, estamentos e classes sociais, são destacados elementos teóricos e metodológicos que se sobressaem nas obras de Max Weber e Karl Marx. Este diferenciava-se de Weber, ao conceber as classes no âmbito do lugar ocupado no mundo da produção, estando o primeiro mais voltado para a posse de bens e oportunidades reguladas pelo mercado. No livro de Klaus Eder é destacado o elemento cultural, capaz de conferir teor analítico às classes sociais permeadas por conflitos e movimentos não-redutíveis ao plano estrutural. O livro de José Alcides Santos analisa a presença das classes na sociedade brasileira, articulando sua reflexão teórica com a construção de uma tipologia baseada em dados empíricos. Os estudos dos autores, por via distintas, comprovam que, ao invés do fim das sociedades de classes, observa-se o aumento de uma complexidade que é típica da sociedade contemporânea.

ABSTRACT — UBSCURITY (OR VITALITY) OF THE SOCIAL CLASSES

The article examines the analytical potential notion of the social classes, having as reference the reflection based in some recent works about this theme. The republished book of Sedi Hirano emphasizes theoretical and methodological relevant elements of the works realized by Max Weber and Karl Marx. This last author differs from Weber when he concepts the social classes in the sphere of the occupied position in the production world, while the first author is worried with the possession of goods and opportunities regulated by the market. Sedi Hirano's book talks about castes, social groups having their own juridical status and social classes. Klaus Eder in his book emphasizes the cultural element, which can attribute analytical tenor to social classes involved through conflicts and not reducible movements in the structural plan. José Alcides Santos' book analyses the presence of classes in the Brazilian society, articulating this author's theoretical reflection with the construction of a typology based on empiric data. The authors' studies, through distinct views, affirm the increasing of a typical complexity of the contemporaneous society, instead of the end of a society shared in classes.

* Professor Titular de Sociologia no IFCH/UNICAMP, pesquisador do CNPq, e autor, dentre outros livros, de *Os Sentidos do Trabalho* (Boitempo), *Adeus ao Trabalho?* (Ed. Cortez/Ed. Unicamp) e Coordenador da Coleção *Mundo do Trabalho* (Boitempo Editorial).

ensaio *Castas, estamentos e classes sociais*, de Sedi Hirano, agora republicado em edição inteiramente revisada.¹

Escrito nos inícios de 70, como Dissertação de Mestrado, Hirano concebeu um livro ao mesmo tempo introdutório e didático, sério e metucioso, percorrendo comparativamente as

Algo assemelhado vem ocorrendo com as classes sociais. Numa época em que tantos afirmaram a perda da validade analítica da noção de classes sociais, apregoaram a sua opacidade, propugnaram a perda de sua vitalidade para compreensão da textura social do capitalismo tardio, três publicações recentes são um bom exemplo, tanto das limitações e equívocos daquelas formulações, como da força e atualidade categorial das classes para se pensar a o mundo contemporâneo.

Quando tantos também defendiam a perda do potencial analítico da noção de classe, outros reiteram (ou ajudam a compreender) a contemporaneidade, a efetividade e a concretude das classes sociais.

Começemos pelo

noções de castas, estamentos e classes no pensamento dos dois gigantes das ciências sociais, Weber e Marx.

Weber, moldado por uma visão *poli-histórica* ou *trans-histórica*, enciclopédica, condensada metodologicamente nos *tipos ideais*, e Marx, ancorado num mergulho *histórico*, também enciclopédico, navegando entre a dialética da *universalidade*, da *singularidade* e da *particularidade*, buscando sua *totalização analítica*. O primeiro, com sua forte marca *epistemologizante* e o segundo, Marx, com seu traço *ontológico*, que havia estancado depois de Hegel.

No que se refere às classes sociais, Hirano demonstra que, enquanto para Marx a chave analítica é dada pela *produção social*, para Weber ela se encontra na *ação social*. De modo que as classes podem ser melhor apreendidas pela *posição dos indivíduos no mercado* e pelas motivações oriundas da *ação e relação sociais* (Weber) ou pelas *determinações particulares do modo de produção e reprodução da vida social* (Marx).

Sedi Hirano procura, sempre, em seu texto, apresentar os elementos teóricos e metodológicos distintivos entre os dois grandes gigantes das ciências sociais. Não busca fazer uma mescla eclética, desrespeitando autores tão díspares. É por isso que ele afirma que “enquanto Weber parte da ordem social para delimitar o conceito de *estamento*, no que se refere às *classes*, o ponto de partida básico é a *ordem econômica*. Por outro lado, para Marx, o modo de produção feudal é que define as relações de tipo estamental... E as classes sociais se definem com o surgimento do modo de produção capitalista moderno, do Estado moderno, da propriedade privada, da divisão social do trabalho...”

Se para Weber *classe* pressupõe: “a) certo número de pessoas [que] têm em comum um componente causal específico em suas oportunidades de vida, e, na medida em que, b) esse componente é representado exclusivamente pelos interesses econômicos da posse de bens e oportunidades de renda, c) é representada sob

as condições do mercado de produtos ou do mercado de trabalho”, a *situação de classe*, é “determinada pelo volume e tipo de poder (ou pela falta deles) de dispor de bens ou habilidades em benefício da renda de uma determinada ordem econômica. A palavra *classe* se refere a qualquer grupo de pessoas que se encontrem na mesma situação de classe”.

O que permite a Sedi Hirano concluir que, para Weber, *a estrutura de classes é determinada pelo mercado e a situação de classe é também a situação no mercado*. Por isso Weber fala em *classes proprietárias positivamente privilegiadas* (empreendedores ou empresários, dentre outros segmentos sociais) e em *classes proprietárias negativamente privilegiadas* (tipicamente trabalhadores, ainda que qualitativamente diferenciados) .

Para Marx, entretanto, a conceitualização de classe remete essencialmente à *posição (objetiva e subjetiva) que os indivíduos ocupam no mundo da produção social*. Por isso os proletários, “a sua condição de vida, o trabalho, e com este todas as condições de existência da sociedade atual, convertem-se para eles em algo fortuito, no qual cada proletário de *per si* não tinha o menor controle, e sobretudo, nenhuma organização *social* podia lhe dar tal controle. A contradição entre a personalidade do proletário individual e sua condição de vida, tal como lhe é imposta, isto é, o trabalho, revela-se ante si mesmo, sobretudo porque já se vê sacrificado a partir de sua infância, por não ter a menor possibilidade de chegar a obter, *dentro de sua classe*, as condições que o colocam em outra situação”.

A partir destas formulações *onto-metodológicas de fundo*, Sedi Hirano desenha os contornos das formulações de Weber e Marx, especialmente sobre as classes sociais. Se para a teoria do conhecimento weberiana (conforme sugere Merleau-Ponty), “a verdade sempre deixa uma margem de sombras”, talvez pudéssemos dizer que para Marx *é imperioso descortinar as sombras para se chegar à verda-*

de. E isso vale, também, para a compreensão das classes sociais na sociedade moderna. Para tanto, vale acrescentar, o estudo do *jovem* Marx é também imprescindível.

O livro de Sedi Hirano, *introdutório e didático*, de grande utilidade para se iniciar a compreensão deste complexo, *é uma laboriosa construção ao estudo do estamento e da classe no mundo moderno*, conforme a apresentação de Florestan Fernandes.

O denso texto de Klaus Eder, *A Nova Política de Classes*² mergulha diretamente no debate atual sobre a extinção ou validade conceitual das classes e o faz através da seguinte afirmação teórica: *a cultura é o elo perdido entre classe e ação coletiva*. Seu ponto de partida é o de que *a classe é um aspecto estrutural da realidade social que não pode ser descartado*; sua hipótese central é que a noção de classe, “despida de suas conotações tradicionalistas, de suas formas contingentes de manifestação histórica”, é uma determinação estrutural de oportunidades de vida para categorias de indivíduos, “uma estrutura que distribui oportunidades de agir e delimita espaços de ação”, sendo o *elemento cultural* o elo capaz de conferir contemporaneidade analítica às classes sociais.

Modelado pela idéia da sociedade *pós-industrial*, Eder entra em cheio no debate, sem deixar sempre de ser claro e freqüentemente sólido (ainda que enormemente polêmico) em seus desenhos e contornos: seu interesse maior está em averiguar as novas configurações dos movimentos sociais, e em que medida eles expressam as novas conformações da sociedade de classes.

Dialogando com vastíssima bibliografia contemporânea, e em particular, com os *institucionalistas*, faz sua *démarche*: “O argumento histórico da institucionalização pode ser verdadeiro, mas isso não quer dizer que tenhamos que aceitar o argumento estrutural. Pode ser que o conflito de classe industrial não domine mais os conflitos de classe. Temos que aceitar a idéia de que esse tipo de conflito está

perdendo importância, mas vamos argumentar contra a idéia de que o conflito de classes está desaparecendo com o fim de sua primeira corporificação, ou seja, o conflito de classes organizado em torno da contradição entre capital e trabalho”.

Sua propositura o leva, então, a afirmar que a atualidade do *conflito de classes* é metamorfoseada num *antagonismo fluído que perpassa a totalidade da vida social*. Em suas palavras: “O conflito de classes expandiu-se também no tempo tornando-se permanente. A realidade social criada por essa permanência é um sistema de classificação que radicaliza as premissas individualistas do sistema moderno de classificação. Esse sistema, que compara indivíduos e que conta o capital (econômico e cultural) que possui, resulta na estrutura de classes altamente individualizada da sociedade moderna”.

De modo culturalista, menos que radicada na estruturação produtiva da ordem societal, o *conflito de classes estaria acompanhado por práticas que geram a ordem simbólica que o legitima, sendo que os símbolos dos que estão no topo da pirâmide social são os que clamam pela validade universal*. Menos que conceitualizar as classes como entidade *concreta*, o autor, amparado em ampla literatura e especialmente em Bourdieu, vai conferir às classes um estatuto *lógico*. Opção teórica que, para retomar o debate anteriormente indicado, o aproxima muito mais de Weber do que de Marx.

Ao analisar os movimentos sociais, o autor os “classifica” (aliás, a necessidade da “classificação” é um recurso metodológico recorrente do autor) em pelo menos dois tipos: os movimentos políticos (o dos jovens, o feminista, os anti-industrialistas) e os culturais (os movimentos antiburocráticos, relativos ao ambiente, moradia ou psiquiatria e, em menor medida, o movimento estudantil). O autor detecta, então, que o *centro dos conflitos de classe e dos movimentos sociais, cuja identidade tem um forte componente cultural, deve superar a temática da*

exploração do trabalho para migrar para o problema da exploração da natureza.

Isso o leva a polemizar diretamente com Marx, que teria “naturalizado” a relação homem/natureza. Aqui, entretanto, é preciso fazer uma nota crítica: ao usar somente comentadores (como Schmidt, Cohen, Habermas, Elster), desconsiderando os *Grundrisse* ou qualquer outro texto da safra direta de Marx, que não é citado sequer uma vez no item intitulado *O Conceito de Natureza em Marx*, Eder é pouco convincente. Um breve volteio, passando por Robert Kurz, Altvater, Enrique Dussel e István Mészáros, além de uma *releitura* não tradicional de Marx, o ajudaria – e muito – a fazer uma leitura criativa e não tão reducionista da questão ambiental em Marx.

Nos dez capítulos que compreendem esse livro, os últimos são destinados ao esboço de uma *fenomenologia dos movimentos sociais* e a uma ênfase na centralidade e na tese do *radicalismo* das classes médias nesta nova contextualidade. O interessado nas classes médias encontrarão um esboço teórico dos contornos desse *radicalismo*, dados pela “emergência da contracultura e das formas alternativas do mundo-da-vida e de associação”. Nesse novo campo, os movimentos sociais encontram seus nexos “identitários” em seus *valores culturais*, que transcendem, segundo o autor, “o campo das relações indústria/trabalho. Equívoco que Habermas, com sua tese sobre a *pacificação das lutas sociais*, também cometeu.

É exatamente por estes limites que o autor, ao criticar os fundamentos metodológicos *individualistas* da pesquisa sobre os movimentos sociais, reafirma o critério da validade das classes, mas não mostra sua vitalidade conceitual e analítica em toda a plenitude. Mas, é preciso dizer, o autor realiza uma reflexão que, em seu conjunto, é relevante e necessária para todos os que recusam a tese da perda de validade categorial para as classes sociais. Num livro cuja edição é particularmente bem cuidada e bem realizada.

Por fim, uma nota sobre as classes sociais no Brasil. E o faremos através do livro *Estrutura de Posições de Classe no Brasil*, de José Alcides Figueiredo Santos,³ que faz um mapeamento bastante abrangente da conformação das classes sociais em nosso país, a partir dos dados da PNAD, de 1996, tendo como referência a análise neomarxista de Erik Olin Wright.

A justificativa para essa opção teórica é indicada pelo autor: enquanto o “enfoque weberiano se assenta em um nexo causal entre a condição de classe e as chances de vida, que opera essencialmente através das trocas de mercado (...) a perspectiva marxista defendida por Wright vai além dessa conexão, acrescenta de forma privilegiada a esfera da produção e, além disso, considera a interação entre a produção e o mercado, o que lhe permite pensar o conflito na distribuição, na produção e na articulação entre ambos...O conceito de classe baseado explicitamente na exploração, ao contrário da noção weberiana de chances da vida, pretende relacionar o bem-estar material de um grupo social à sua capacidade de se apropriar dos frutos do trabalho de outro grupo social”.

Articulando boa reflexão teórica, com um mergulho no mapa social brasileiro, Figueiredo Santos oferece elementos para se compreender o perfil de nossa sociedade de classes, com a classe trabalhadora “ampliada” (abarcando os trabalhadores não qualificados, os trabalhadores qualificados e os supervisores não qualificados) e a classe média, composta pelos gerentes e supervisores com poder de mando e dominação.

Ao tratar da distribuição das posições de classe no Brasil, o autor elabora a seguinte tipologia, a partir das posições de classe existentes: a) capitalistas; b) pequenos empregadores; c) auto-empregados; d) gerentes e supervisores credenciados; e) gerentes e supervisores não credenciados; f) especialistas; g) trabalhadores proletarizados; h) empregados domésticos.

Somando-se os trabalhadores proletarizados (48%) com aqueles auto-empregados (30%), chega-se próximo de 80% da totalidade

das posições de classe. Os capitalistas totalizam 0,5%, os estratos médios (gerentes, supervisores e especialistas) somam pouco mais de 5%. Os pequenos empregadores agrupam 3,5% e os empregados domésticos somam 8,6%.

O leitor encontra um detalhamento exaustivo, ao longo do livro, que lhe permite fazer diversas ilações analíticas, como conferir a área de sombra entre os estratos altos do proletariado e os segmentos inferiores da classe média; os gerentes com função de mando, credenciados e aqueles não credenciados; a classe trabalhadora “pura”, que compreende os assalariados com posição subordinada, sem autoridade e qualificação (48%, como vimos) e a classe trabalhadora “ampliada”; os trabalhadores manuais da indústria e dos serviços, que representam 68% da classe trabalhadora “pura”; os trabalhadores manuais agrícolas, que totalizam 17,4% do conjunto da classe trabalhadora (em sentido ainda restrito), além do desenho heterogêneo das classes proprietárias, dos capitalistas, mais ou menos capitalizados etc

Estudo meticuloso, de grande utilidade para o insuficiente mapeamento de nossas classes sociais, Figueiredo Santos mostra, a partir dos dados da PNAD, que, na América Latina, o traço distintivo é dado pela ampliação do “setor informal”, pelo crescimento dos pequenos negócios e pela feminização do mundo do trabalho.

Com a reestruturação produtiva no Brasil especialmente a partir de 90, “ocorre uma intensa redução do contingente de operários industriais, com um corte de 38,1% dos empregos formais, entre 1990 e 1997”. Como já pudemos dizer em outros textos, aumenta a heterogeneidade e a fragmentação da classe trabalhadora; a subcontratação, diz o autor, segmenta ainda mais os trabalhadores industriais, entre os “centrais” e os “periféricos”. E, se o desemprego foi crescente na indústria, particularmente entre 1985 e 1990 os serviços experimentaram um elevado crescimento.

Estes estudos recentemente publicados, independente de seus méritos e limites, alguns aqui apontados, mostram que a textura societal contemporânea, ao invés de sinalizar para o fim da sociedade de classes, vem se complexificando. O que nos obriga a ir além da sua opacidade, encontrando os nexos básicos e sua vigência e atualidade.

Notas

- ¹ Hirano, Sedi, *Castas, Estamentos & Classes Sociais (Introdução ao Pensamento Sociológico de Marx e Weber)*, Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- ² Eder, Klaus, *A Nova Política de Classes*, São Paulo: EDUSC, 2002.
- ³ Santos, José Alcides Figueiredo, *Estrutura de Posições de Classe no Brasil (Mapeamento, Mudanças e Efeitos na Renda)*, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.